



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PROCESSO CIVIL E  
GESTÃO DE PROCESSO**

**METODOLOGIA DA PESQUISA EM  
DIREITO  
E O  
ENSINO JURÍDICO**

***ERICK DE SARRIUNE CYSNE***

# 1 – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRAS DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT



A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, responsável pela normalização técnica no país, tendo sido fundada em 1940.

Criada após iniciativa dos Laboratórios de Ensaios de Materiais, após 1937, com o objetivo de normatizar a produção e pesquisas de cimento.

A ABNT é reconhecida como único Foro Nacional de Normalização através da Resolução N.º 07/92 do Conselho Nacional de Metrologia (CONMETRO), sendo membro fundador da ISO (*International Organization for Standardization*), da COPANT (Comissão Panamericana de Normas Técnicas) e da AMN (Associação Mercosul de Normalização), sendo seus únicos representantes no Brasil.

## 2 – A PESQUISA

A pesquisa poderá ser:

- A) PELOS RESULTADOS: pura ou aplicada.
- B) ABORDAGEM: Qualitativa ou qualificativa.
- C) OBJETIVOS: Descritiva, exploratória ou explicativa.
- D) PESQUISA: Bibliográfica, Documental, Histórica, Levantamento, Participante, Experimental, De campo ou por Estudo de Caso.

Poderá, ainda, ser (OLIVEIRA, 1999, p. 33):

### PESQUISA DOGMÁTICA:

Objeto: a ordem jurídica do presente e do passado.

Fim: a determinação do conteúdo normativo da ordem jurídica.

Fontes: as normas jurídicas positivas, a história de seu estabelecimento, a interpretação judicial e a doutrina.

Métodos: interpretação da lei (gramatical, lógico, sistemático e histórico).

Sistematização das regras positivas para facilitar o ensino e aplicação do Direito.

## PESQUISA EMPÍRICA

Objeto: a norma do direito e as demais realidades sociais (comportamento individual e coletivo)

Fins: diagnóstico da harmonia ou dicotomia entre a ordem jurídica abstrata e a ordem social concreta.

Fontes: a ordem normativa em seu conteúdo dispositivo e as demais realidades sociais.

Métodos: determinados pela natureza e conteúdo das fontes de informação.

Marina Marconi (2001, 53) apresenta a seguinte divisão na elaboração dos trabalhos científicos:

*Desse modo, a investigação desenvolve-se por etapas progressivas:*

*a. primeira etapa: consiste no planejamento global e minuciosa dos diferentes aspectos do trabalho, visando a um bom desenvolvimento do mesmo;*

*b. segunda etapa: refere-se ao levantamento e à análise dos dados bibliográficos, documentais ou de campo, relativos aos aspectos jurídicos;*

*c. terceira etapa: trata da atividade fundamental da pesquisa, ou seja, a redação, que deve ser objetiva, clara e apresentar linguagem correta, original e inédita.*

## **3 - TRABALHOS CIENTÍFICOS**

### **3.1 Diferença entre MONOGRAFIA, DISSERTAÇÃO e TESE (ABNT NBR 14724:2002)**

**Monografia:** *Trabalhos acadêmicos- similares (trabalho de conclusão de curso – TCC, trabalho de graduação interdisciplinar – TGI, trabalho de conclusão de curso de especialização e/ou aperfeiçoamento e outros): Documento que representa o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa e outros ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um orientador.*

**Dissertação:** Documento que representa o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações. Deve evidenciar o conhecimento de literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do candidato. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor), visando à obtenção do título de mestre

**Tese:** Documento que representa o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado. Deve ser elaborado com base em investigação original, constituindo-se em real contribuição para a especialidade em questão. Deve evidenciar o conhecimento de literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do candidato. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor), visando à obtenção do título de doutor, ou similar.

No entanto, deve-se entender que a estrutura é a mesma para esses trabalhos, alterando, normalmente, por exigência dos cursos e instituições.

**Resenha:** Resumo crítico de algum texto, na seguinte sequência<sup>1</sup>:

- Referência bibliográfica
- Currículo do autor
- Resumo (do que trata o texto? Qual o objetivo do autor? Como foi abordado o assunto? Exige algum conhecimento prévio para entendê-lo?).
- Conclusões do autor
- Quadro de referências do autor (os autores citados pelo autor, linha metodológica, teoria que lhe serviu de embasamento);
- Comentário crítico (Qual a posição do autor? Qual o mérito da obra? Que contribuição oferece? É claro, conciso, preciso? A linguagem é correta, a argumentação é lógica?)
- Indicações do resenhista (A quem é dirigida a obra? A obra é endereçada a que disciplina? Pode ser adotada em algum curso? Qual?)

**Fichamento:** Documentação do material lido, normalmente através de fichas ou

---

1 Extraído do livro Introdução à metodologia do trabalho acadêmico -Núbia Bastos(2004)

arquivos eletrônicos, a fim de facilitar e organizar a pesquisa.

- Cabeçalho, referência bibliográfica e texto -

Ex. (Ficha de Citações):

Leitura

BASTOS, Núbia Maria Garcia. Introdução à metodologia do trabalho acadêmico. 2ªed., Fortaleza: Nacional, 2004, p. 12

*“Ler é buscar. A busca pode ser de conhecimentos, informações, prazer ou até de si mesmo. Nesse sentido, a leitura ilumina o leitor, mostrando-lhe novos horizontes desde que não seja feita sem a devida compreensão da mensagem passado pelo autor. No entanto, adentrar o texto e retirar-lhe a essência não é tarefa das mais simples.”*

## 4 - A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

### 4.1 A Leitura

Com o material bibliográfico, o pesquisador fará, primeiramente, uma leitura **exploratória**, com a finalidade apenas de reconhecimento, de saber se o material irá servir para seu trabalho. PORÉM, esse tipo de leitura só poderá ser feita adequadamente por quem já estiver inteirado do assunto, caso contrário, não entenderá anda do que leu!!

Em seguida, realiza-se uma leitura **seletiva**, em que a seleção do material bibliográfico passará por uma avaliação mais profunda, considerando os objetivos da pesquisa, a fim de descartar material sem contribuição para a solução do problema proposto

A terceira fase, a leitura **analítica**, será feita no material selecionado, após as fases anteriores. Possivelmente, será o material DEFINITIVO. Com a análise do material, o pesquisador iniciará a leitura **interpretativa**, pela qual, sendo de forma mais complexa e difícil, selecionará exatamente o que vai contribuir para solucionar os problemas propostos

Não se pode esquecer de se fazer o FICHAMENTO!!!

## **4.2 A LINGUAGEM E A ESCRITA**

Em um trabalho científico, seja de que área for, deve ser escrito de forma agradável para o leitor.

Por outro lado, tratando-se de um trabalho acadêmicos, os termos e a linguagem técnica são inevitáveis, no entanto, poderá o autor tudo explicar de forma simples, para possibilitar a leitura por qualquer indivíduo. Isso deve prevalecer no Resumo.

Não se pode esquecer das regras de português, em especial das novas regras gramaticais.

DEVEM-SE EVITAR TERMOS PROCESSUAIS: colendo Tribunal, ilustre julgador, etc.

### **Observações finais sobre estilo:**

- ✓ Expressões corriqueiras da linguagem oral de uma profissão podem ser totalmente inadequadas em um trabalho escrito. (tirar a pressão);
- ✓ Não se deve utilizar a abreviatura **etc...** na monografia. Substitua por “entre outros” ou “entre outras”.
- ✓ Utilizar palavras erradas é o maior dos pecados. Deve-se consultar dicionários sempre que houver dúvida.

## **5 - PROJETO**

“O problema é a parte central em torno do qual girará todo o seu trabalho”.  
(BOAVENTURA, p.30)

**ESCOLHA DO TEMA:** O tema a ser pesquisado deve ser de agrado do pesquisador. O autor pode se basear, para descobrir o tema de seu trabalho, primeiramente, na área de estudo de seu interesse; em seguida, poderá utilizar outro trabalho que tenha desenvolvido em uma disciplina, para desenvolvê-lo mais profundamente; não se pode esquecer que as leituras já realizadas também devem ser consideradas para levar o autor ao tema a ser trabalhado. De qualquer forma, seja qual for o tema escolhido, deve o autor pesquisar se há bibliografia acerca dele!!

Escolhido, o autor deve DELIMITAR O TEMA! Ex: Direito de Família-pensão alimentícia / Alimentos para maiores.

A elaboração de Projeto de Pesquisa facilitará ao pesquisador precisar os objetivos do trabalho, buscando-se uma linha de raciocínio, através da PROBLEMATIZAÇÃO, JUSTIFICATIVA, REFERENCIAL TEÓRICO, OBJETIVOS e HIPÓTESES, ASPECTOS METODOLÓGICOS, CRONOGRAMA, ESQUEMA e REFERÊNCIAS.

**a) PROBLEMATIZAÇÃO:**

No primeiro tópico, o pesquisador deverá escrever, de forma clara, quais os problemas em torno do assunto a ser abordado no trabalho, como o que se pretende resolver, limitando o assunto (campo de pesquisa) e apresentando suas características.

Olga de Oliveira (1999, p. 20): *“O problema indica a finalidade a ser seguida, e está diretamente relacionado com o tema e com a delimitação do tema, já definidos.”*

Ex.:

Tema: A morosidade no Judiciário

Problematização: Porque uma ação judicial demora a ser julgada no Poder Judiciário ?

Antônio Henrique e João Bosco Medeiros ensinam, sobre a construção da problemática que (2003, p.40):

- *O problema deve ser estabelecido como uma pergunta: “O código de Trânsito Brasileiro pode contribuir para a redução das transgressões no trânsito e difundir direitos do cidadão ?”*
- *O problema deve ter uma dimensão viável. Não pode, portanto, ser excessivamente amplo, de forma que não se possa alcançar uma solução satisfatória. Exemplo: “O que determina que certas leis brasileiras ‘não peguem’?” Essa questão é excessivamente ampla e impossibilita um resultado satisfatório.*
- *A formulação de um problema deve ser clara. Os termos utilizados devem ser definidos.*
- *A formulação de um problema deve ser precisa; Exemplo: “O desconhecimento do Código Eleitoral por parte dos políticos inescrupulosos é um empecilho à democracia?” O problema envolve termos que precisam ser delimitados: que são ‘políticos inescrupulosos?’ Que se entende por democracia?*
- *O problema precisa ter referência empírica: ser observável, medido. Se envolver juízo valorativa, a pesquisa fica comprometida,*

*pois o problema não tem referência empírica.*

**b) JUSTIFICATIVA:**

Apresentados o problema ou os problemas, o pesquisador deverá justificar a escolha do tema e sua relevância e ser estudado. Com isso, tem o intuito de convencer que o trabalho deve ser feito. Em sua elaboração, a JUSTIFICATIVA deve historiar brevemente a situação, explicando os motivos que levaram o pesquisador a escrever sobre esse assunto, demonstrando sua importância para o mundo das pesquisas e também para a sociedade. Escreve-se respondendo:

*O tema é relevante? Por quê?*

*Quais os pontos positivos da abordagem proposta?*

*Em que a pesquisa trará benefícios?*

**c) REFERENCIAL TEÓRICO:**

Após o pesquisador ter apresentado e delimitado o tema a ser estudado, bem como justificado sua pesquisa, necessitará agora demonstrar, por publicações já existentes (doutrina, legislação e jurisprudência) opiniões de outros pesquisadores.

**d) OBJETIVOS:**

Nesse tópico, o pesquisador deverá apresentar o OBJETIVO GERAL, o qual corresponderá com o tema (título) proposto, e os OBJETIVOS ESPECÍFICOS, que serão analisados durante o trabalho e pelos quais se alcançará a resposta ou a uma conclusão.

**e) HIPÓTESES:**

Neste momento, o pesquisador, após ter formulado o problema a ser estudado, procurará apresentar hipóteses de resposta. Na verdade, a hipótese de resposta ao problema da pesquisa, no decorrer do estudo, poderá ser confirmada ou rejeitada, transformando-se na ideia central do trabalho. Porém, algumas pesquisas, como as de levantamento de dados, não precisam de hipóteses, pois tratam apenas de se estudar, de se conhecer, algum local ou grupo de pessoas.

**f) ASPECTOS METODOLÓGICOS:**

A metodologia irá ser de acordo com os objetivos da pesquisa, o problema a ser investigado e as hipóteses apresentadas. Nesse momento, o pesquisador também informará os instrumentos de pesquisa, como questionário, entrevista, formulário e

observação, e o campo de pesquisa, como local e população, além da amostragem a ser utilizada.

**g) CRONOGRAMA:**

Através do Cronograma, o pesquisador deverá prever o tempo para pesquisar, elaborar, corrigir e apresentar seu trabalho.

**h) ESQUEMA:**

Neste tópico, o pesquisador fará um sumário prévio, pelo qual se baseará a elaboração de seu trabalho.

**i) REFERÊNCIAS:**

Por fim, o autor da pesquisa informará no Projeto toda bibliografia utilizada até o Projeto e a da futura pesquisa.

4 OBJETIVOS	
<b>Geral</b>	
Analisar o controle externo existente no Brasil a cargo dos Tribunais de Contas sob os prismas legal e constitucional, investigando a dimensão de seus efeitos na sociedade brasileira, bem como a importância da fiscalização por eles exercida.	
<b>Específicos</b>	
-	Relatar controle externo, no Brasil, como direito fundamental.
-	Verificar a origem, a composição, o funcionamento e a estruturação dos Tribunais de Contas do Brasil.
-	Diagnosticar os efeitos jurídicos e sociais das decisões dos Tribunais de Contas

5 HIPÓTESES
1. Os Tribunais de Contas são órgãos auxiliares do Poder Legislativo, que a cargo deste receberam a prerrogativa de exercer o controle externo, conforme artigo 71 da Constituição Federal de 1988. O Controle externo engloba ações de controle realizadas por órgãos, com autonomia, recursos próprios, com o fim de fiscalização, verificação e correção de atos.
2. É notório que o trabalho realizado pelos tribunais de contas é muitas vezes desacreditado pela população. Existe um desconhecimento por parte da sociedade do labor desenvolvido por eles, que começa desde a análise das Prestações de Contas de Gestão até as decisões proferidas pelos ministros e conselheiros. Afora, inúmeros obstáculos enfrentados por esses órgãos dificultam o eficaz cumprimento das suas atribuições carências como, por exemplo, a falta de estrutura e de pessoal.
3. As decisões proferidas pelos tribunais de contas têm natureza controversa; há uma grande divergência por parte dos doutrinadores: para alguns a natureza seria administrativa e para outros teria força judicante. Porém, é majoritária a corrente no sentido de que as decisões possuem natureza administrativa, por força do inciso XXXV do artigo 5º da CF/88.
4. A importância dos Tribunais de Contas do Brasil é fundamental para a construção de um estado democrático de direito, pois aproxima o cidadão da transparência das contas públicas geridas pelos administradores de despesas, possibilitando que cada um atue como fiscal do erário e da moralidade administrativa.

**CRONOGRAMA DA PESQUISA:**

ETAPAS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Pesquisa	X					
1º Capítulo		X				
2º Capítulo			X			
3º Capítulo				X		
Introdução/Conclusão					X	
Finalização						X
Apresentação						X

## 6 - CITAÇÕES

### REGRAS PARA CITAÇÕES:

a) Se vier a suprimir uma ou mais palavras, utilizam-se **três pontos** antes ou depois da frase, ou, se no meio do parágrafo, entre parêntese:

*...A busca pode ser de conhecimentos, informações, (...) ou até de si mesmo. Nesse sentido, a leitura ilumina o leitor, mostrando-lhe novos horizontes...*

b) Suprimindo-se um ou mais parágrafos, deve-se pontilhar uma linha completa:

.....

c) Se houver aspas na citação, substituí-las por aspas simples: ' '

d) Querendo destacar palavra ou expressão na citação, usa-se o **negrito** e, ao final da citação escreve-se: (grifo nosso)

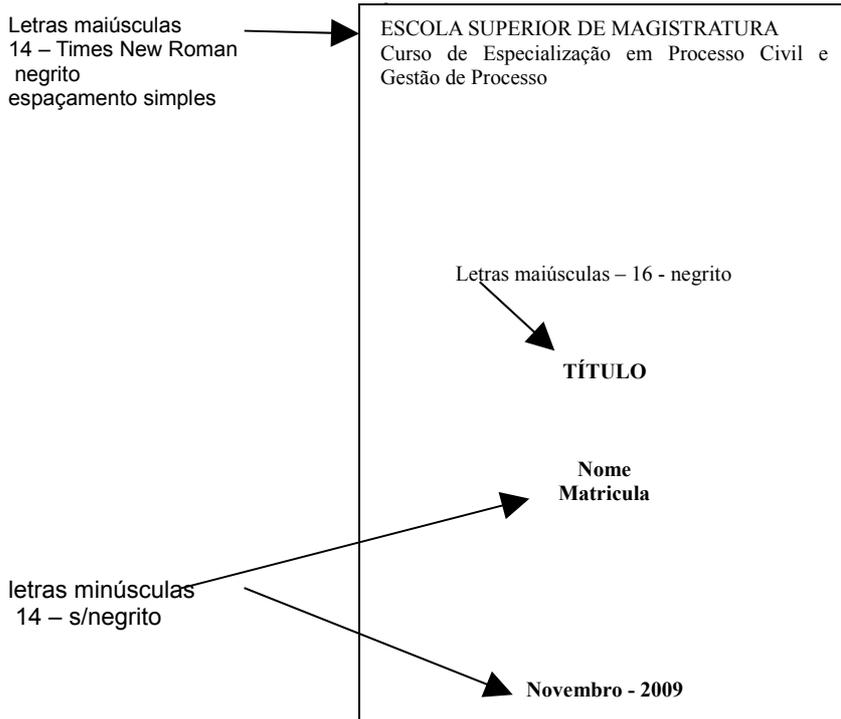
## 7 – A ELABORAÇÃO DOS TRABALHOS

### 7.1 MONOGRAFIA/DISSERTAÇÃO/TESE

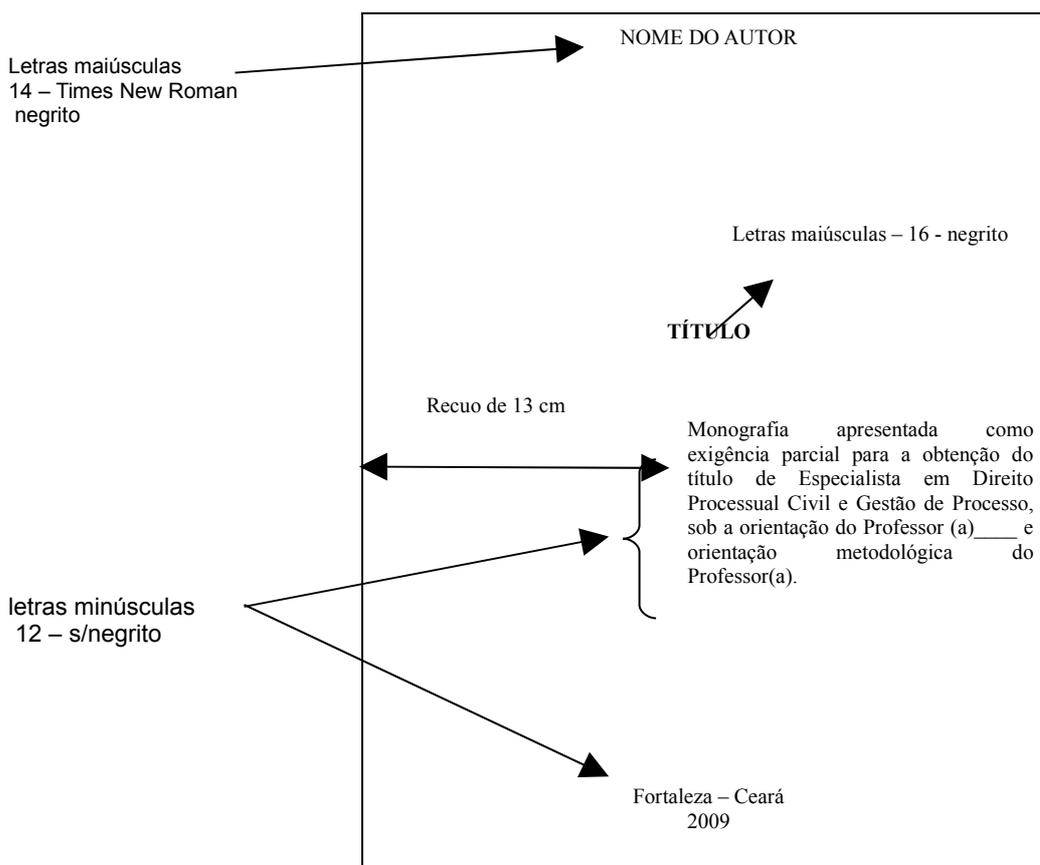
#### A) PARTES:

##### Pré-Textuais

- **Capa:** Dados da instituição, identificação do título do trabalho, nome do autor, mês e ano:



- **Folha de Rosto:**



- **Errata:** Se houver algum erro de qualquer natureza na monografia e que tenha sido impossível a correção nos originais, essa ERRATA é feita e entregue aos avaliadores. As correções deverão ser feitas antes da entrega da versão final para arquivo. Normalmente, feita em papel avulso e entregue no ato da apresentação/defesa.

- **Folha de Aprovação:**

A forma pode variar de acordo com cada curso ou instituição de ensino.

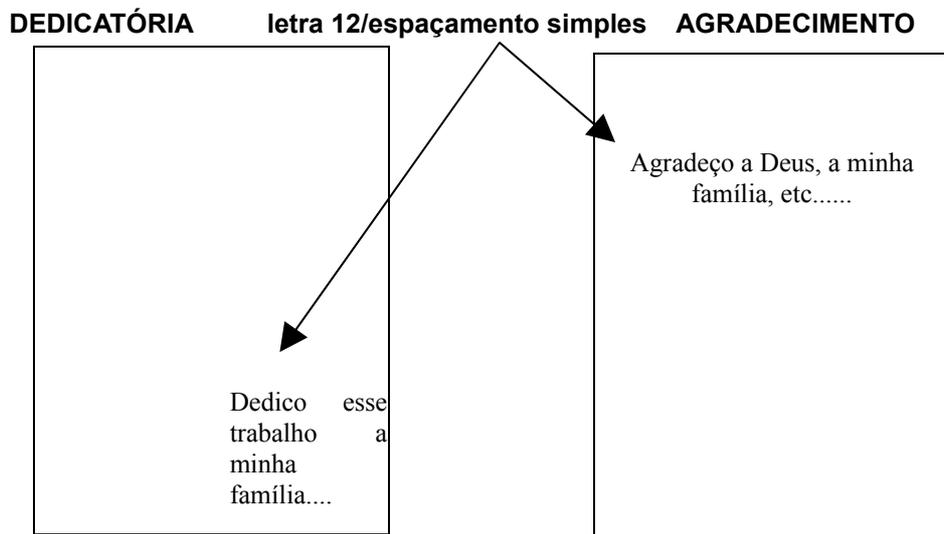
**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Aprovada em \_\_/\_\_/\_\_

- **Dedicatória:** É uma parte opcional, não havendo qualquer forma pré-estabelecida.

- **Agradecimentos:** É uma parte opcional, não havendo qualquer forma pré-estabelecida.



-**Epígrafe:** Faz-se uma citação, com a indicação do respectivo autor de um pensamento que reflita o assunto discutido no trabalho.

“A renovação do ensino jurídico, na sociedade tecnológica, depende muito mais da mudança de atitudes dos professores e alunos do que de qualquer outro fator que se queira atribuir.”  
(Álvaro Melo Filho)

- **Resumo:** É escrito por uma sequência de frases concisas e objetivas, de acordo com a sequência do texto, apresentando, também, as conclusões da pesquisa.

MAS:

- A primeira frase deve resumir/sintetizar o tema do trabalho;
- Não poderá haver comentários pessoais;
- Até 250 palavras;
- NÃO escrever: *o autor escreve...* ou *o autor afirma*;

- Escrever em um único parágrafo;
- Por vir antes do Sumário, NÃO aparece nesse;
- Espaçamento entre linhas simples.

**OBS:** Após o texto do RESUMO, devem ser apresentadas as PALAVRAS-CHAVES (em negrito), na quantidade de até cinco, as quais representarão os assuntos envolvidos.

- **Lista de Ilustrações:** Se houver no trabalho ilustrações, no início, deve-se fazer essa lista informando gráficos, figuras, tabelas e as respectivas páginas.

- **Lista de abreviaturas:** Para facilitar a leitura do trabalho, o autor deve informar os significados das abreviaturas que vier a utilizar.

- **Sumário:** Nessa página, deve o autor apresentar as divisões do trabalho, com capítulos e subcapítulos, seus títulos e páginas.

Títulos: letra maiúscula

Subtítulos: minúscula, exceto a primeira letra e nomes próprios.

RESUMO
O estabelecimento do Estado Democrático de Direito pela Constituição Federal de 1988 alterou o paradigma do modelo constitucional de processo, bem como consagrou a existência de direitos e deveres individuais e coletivos, devendo, assim, o direito processual civil acompanhar essa nova perspectiva, proporcionando aos direitos declarados a garantia do efetivo acesso à Justiça. Dessa forma, deve a ciência processual ser capaz de tutelar todos os direitos e interesses. No entanto, deve-se observar as características de cada tipo de litígio, adequando o processo ao direito que pretende resguardar. Por isso, neste trabalho, investiga-se a técnica processual adequada para a tutela dos direitos metaindividuais, próprios da sociedade moderna. A par disso, esta pesquisa foi direcionada, constatando que as ações coletivas constituem meio de facilitação de acesso à ordem jurídica justa, contida dentro de um novo ramo do direito processual civil, o direito processual civil coletivo.
Palavras-chave: Acesso à Justiça. Tutela Coletiva. Processo Civil.

SUMÁRIO
INTRODUÇÃO.....1
2
1
DEMOCRACIA.....19
1.1 Conceito.....19
Democracia.....19
1.2 História da Democracia.....21
1.3 Características da Democracia.....26
1.3.1 Participação Popular e a Soberania: A questão da “Vontade Geral” de Rousseau e sua contribuição para o atual pensamento democrático.....26
1.4 As formas de Democracia .....35

LISTA DE ILUSTRAÇÕES
----------------------

ÍNDICE ONOMÁSTICO
KANT – 7
KELSEN, Hans – 8, 11, 12, 13
REALLE, Miguel – 4, 5, 9, 10
SILVA, José Antônio Parente da - 3
SOARES JÚNIOR, José Ronald Cavalcante - 10
VASCONCELOS, Arnaldo – 8, 10, 11, 12
VEICCHIO, Giorgio Del – 6, 7

## Textuais

- **Introdução:** *Entendida como uma carta.* Compõe-se de tema, definição do problema, questões orientadoras de pesquisa, justificativa e objetivos ■▶ O QUÊ, POR QUÊ, PARA QUÊ e COMO.

Deve ser a última parte do trabalho a ser escrita, utilizando-se verbo no presente !

### **O Pesquisar deve:**

- Fazer uma exposição do tema;
- Delimitar o tema, demonstrando os limites e a extensão da pesquisa;
- Apresentar a formulação do problema, indicando as hipóteses jurídicas propostas;
- Apresentar a justificativa do tema;
- Apontar os objetivos (geral e específico) do trabalho;
- Fazer uma breve referência às fontes utilizadas no trabalho;
- Informar os aspectos metodológicos e as técnicas de pesquisa utilizadas;
- Expor as partes do trabalho (informar o que cada capítulos trata).

Núbia Garcia (2004, p. 60) escreve :

Discorrer sobre a natureza do **problema** que serviu de base para justificar a obra.

Ressaltar a **importância** da pesquisa realizada, o **objeto** investigado, incluindo a **justificativa** de sua escolha e os **objetivos** do trabalho.

Apresentar a **metodologia** utilizada.

Fazer uma breve apresentação dos **capítulos**.  
(grifos no original)

- **Desenvolvimento:** O desenvolvimento do trabalho será feito por Capítulos e subcapítulos, sempre com um *começo*, *meio* e *fim* sobre aquilo que se escreve, ou seja, em cada Capítulo, deve/pode haver uma pequena introdução sobre o que será abordado, desenvolver o tema do título do Capítulo e concluí-lo, se possível, já indicando ao leitor que o trabalho continuará e que se abordará no próximo Capítulo. TUDO COM FUNDAMENTAÇÃO (para o Direito, nas leis, doutrina e, sempre que possível, jurisprudências).

Aqui o autor deverá EXPOR, DEMONSTRAR e ARGUMENTAR COM

## SUAS IDÉIAS.

Tem a finalidade de expor ao leitor, de forma coerente, os passos da pesquisa, seu processo, com suas conclusões. POR ISSO É FEITO POR CAPÍTULOS, SUBCAPÍTULOS, ETC.

- **Conclusão:** Neste momento, devem-se fazer algumas considerações finais, voltando-se às conclusões de cada Capítulo, mas **sem apresentar argumentos ou fatos novos**. O autor, neste momento, irá relacionar o objetivo proposto no Projeto (e demonstrado na Introdução) com a conclusão alcançada, informando, ainda, que essa pesquisa poderá continuar ou foi de forma conclusiva (pode-se substituir pela expressão *Considerações Finais*).

Deve-se, de qualquer forma, responder aos questionamentos (Problematização do Projeto), dando-se sugestões/soluções.

Na Conclusão, o pesquisador irá também apresentar sua reflexão pessoal sobre o significado e a importância do estudo

Muitas vezes, é preferível se utilizar o termo *CONSIDERAÇÕES FINAIS*, simplesmente porque nem sempre a pesquisa é conclusiva.

## *Pós-Textuais*

- **Referências:** Relação de todas as fontes utilizadas (livros, revistas, sites, jurisprudências, etc).

- **Anexos:** Materiais elaborados POR TERCEIROS com a finalidade de fundamentar, comprovar e ilustrar o trabalho.

- **Apêndices:** Materiais elaborados PELO AUTOR com a finalidade de fundamentar, comprovar e ilustrar o trabalho.

- **Glossário (opcional):** Lista em ordem alfabética dos termos técnicos e seus respectivos significados utilizados no texto, para facilitar a compreensão do leitor.

- **Índice onomástico** (*opcional*): Relação dos autores citados e o número das páginas onde foram citados.

- **Índice remissivo** (*opcional*): Relação dos temas abordados no trabalho, por pequenos assuntos, com sua respectivas páginas.

## **7.2 ARTIGOS**

### **7.2.1 Estrutura (Norma 6022-ABNT)**

#### A) Elementos pré-textuais

Os elementos pré-textuais são constituídos de:

- a) título, e subtítulo (se houver): centralizado na primeira página. NÃO TEM CAPA
- b) nome(s) do(s) autor(es): *abertura ou, opcionalmente, no final dos elementos pós-textuais, onde também devem ser colocados os agradecimentos do(s) autor(es) e a data de entrega dos originais à redação do periódico.*
- c) resumo na língua do texto: de forma concisa e objetiva em até 250 palavras
- d) palavras-chave na língua do texto: logo abaixo do resumo, separadas por ;, finalizando cada palavra por ponto.

**Não há sumário**

#### B) Elementos textuais

Os elementos textuais constituem-se de:

- a) introdução;
- b) desenvolvimento;
- c) conclusão.

São escritos de forma sequenciada, ou seja, sem separação por páginas.

#### C) Elementos pós-textuais

Os elementos pós-textuais são constituídos de:

- a) título, e subtítulo (se houver) em língua estrangeira;
- b) resumo em língua estrangeira;
- c) palavras-chave em língua estrangeira;
- d) nota(s) explicativa(s): *a numeração das notas explicativas é feita em algarismos arábicos, devendo ser única e consecutiva para cada artigo.*

Não se inicia a numeração a cada página.

- e) referências;
- f) glossário (opcional);
- g) apêndice(s);
- h) anexo(s).

**7.2 Conteúdo:** organizado e construído conforme a experiência e a conveniência do autor. Deve seguir princípios didático-metodológicos que facilitem o entendimento do todo e das partes.

### 7.3 Pode ser:

**Original** – Ao apresentar temas ainda não explorados ou abordagens próprias.

**De revisão** – Quando resume, analisa e discute informações já publicadas.

### 7.4 Formatação:

- a) **Não numerar** os seguintes títulos: resumo, introdução, conclusão, *abstract* e referências.
- b) A numeração das páginas: **canto superior direito**, iniciando na primeira folha do artigo.
- c) Os artigos têm de **12 a 15 páginas** escritas somente na frente.
- d) **Letras:**

<b>Para o texto</b>	12 -Times New Roman
<b>Para referências</b>	12 -Times New Roman
<b>Para o título</b>	14-Times New Roman (letras maiúsculas-negrito)
<b>Para o subtítulo</b>	14-Times New Roman (letras minúsculas-negrito)

**OBS.:** O título do artigo deverá ser centralizado e os títulos e subtítulos das seções devem ser colocados do lado esquerdo.

Primeira linha do parágrafo	recoo de 1cm na régua do word.
-----------------------------	--------------------------------

Entre as linhas do texto e entre os parágrafos:	1,0 (simples).
Entre as linhas das referências:	1,0 (simples).
Entre o título e o texto:	1,5
Entre as linhas da citação longa:	1,0 (simples).

## 8 – FORMATAÇÃO

### 8.1 TAMANHO DA LETRA:

PAPEL	A4 (21,0 cm de largura por 29,7 cm de altura). Utilizar sempre o anverso (frente) das folhas <b>nunca o verso.</b>
TEXTO	12 (Times New Roman)
CITAÇÃO LONGA	10 (Times New Roman)
NOTA DE RODAPÉ	10 (Times New Roman)
TÍTULO	16 (Times New Roman), <b>sem negrito</b> e maiúsculas
SUBTÍTULO	14 (Times New Roman), <b>negrito</b> e minúsculas
SUB-SUBTÍTULO	14 (Times New Roman), <i>itálico</i> e minúsculas
SUMÁRIO	<u>Títulos</u> : 12 (Times New Roman), maiúsculas sem negrito; <u>Subtítulos</u> : 12 (Times New Roman), minúsculas sem negrito.

**LETRAS:** usar um tipo de letra que seja de fácil leitura (Times New Roman ou Arial). Evitar usar *itálico* no texto: use somente em termos científicos e palavras estrangeiras.

### 8.2 MARGENS

Esquerda	3,0 cm
Direita	2,0 cm
Superior	3,0 cm
inferior	2,0 cm
Início de parágrafo	1,0 cm
Citação longa	4,0 cm (3,0 cm a mais da margem de início do parágrafo)

### 8.3 ESPAÇOS:

Entre linhas	1,5
Entre linhas do RESUMO	1
Entre linhas da CITAÇÃO LONGA	1
Entre linhas das NOTAS DE RODAPÉ	1
Entre PARÁGRAFOS	6 ou 12pt
Entre o texto e ilustrações (tabelas, gráfico, fotos...)	6 ou 12pt
Entre o texto e CITAÇÕES LONGAS (mais de 3 linhas)	6 ou 12pt
Do início do texto APÓS UM título	6 ou 12pt
Do início do texto SEM título	0 (zero) – somente o espaçamento da margem superior
Do início da folha até o título	6,0 (80pt)
Entre o texto e subtítulo	6 ou 12pt
Entre as linhas de uma mesma referência	1
Entre uma referência e outra	6 ou 12pt
Entre o texto e a nota de rodapé (espaço mínimo)	1,25
Entre os itens do sumário	1,5

### 8.4 TÍTULOS e SUBTÍTULOS:

Títulos dos Capítulos (maiúsculo) e subcapítulos (minúsculo) devem ser alinhados à esquerda. Os títulos sem indicação numérica, como resumo, listas, sumário e pós-texto, devem ser centralizados.

### 8.5 NUMERAÇÃO DAS PÁGINAS:

A numeração deverá vir no canto direito da página, iniciando-se a contagem logo com a capa, mas somente será mostrada a partir da **segunda página da introdução**.

NÃO É NUMERADA a página:

- × primeira da Introdução;
- × primeira de Capítulo;

× com títulos, como Conclusão, Referências.

#### INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS:

- a) Os ARTIGOS CIENTÍFICOS devem, além de obedecer às regras gerais da ABNT, observar as normas específicas da Revista na qual será publicado.
- b) Normalmente, entre doze a quinze páginas;
- c) Espaçamento entre linhas: 1,0cm
- d) Margens:

Esquerda	3,0 cm
Direita	2,0 cm
Superior	3,0 cm
inferior	2,0 cm
Início de parágrafo	1,0 cm
Citação longa	4,0 cm (3,0 cm a mais da margem de início do parágrafo)

#### 8.6 QUANTIDADE DE PÁGINAS:

Diz uma história (GALUPPO, 2008) que um professor, cursando doutorado na Alemanha, perguntou a seu orientador quantas páginas deveria ter seu trabalho e teve como resposta: “Se você for um gênio, sessenta páginas bastam. Caso contrário, umas seiscentas.”

Isso significa que o trabalho deve apresentar tudo a que se propõe o autor em seu Projeto, sendo, no entanto, escrito de forma objetiva. PORÉM, DEVE-SE DE LOGO TER O ENTENDIMENTO QUE O TEMA NÃO SE ESGOTARÁ!!!

O trabalho deve ter o número de páginas suficiente para apresentar o tema, as características do objeto de estudo, sua problemática e suas hipóteses de solução.

Normalmente, temos que:

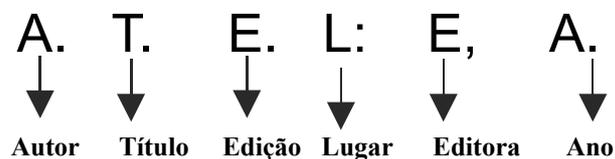
Artigos: 10 a 15 páginas

Monografias: 30 a 80 páginas

Dissertação de Mestrado: 100 a 250 páginas

Tese de Doutorado: 250 a 500 páginas.

## 9 - AS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Ex:

GRINOVER, Ada Pellegrini. <b>Novas tendências de direito processual</b> . Rio de Janeiro: Forense, 2001
---

### Obs.

- O nome da editora é simplificado. Ex.: Atlas, e não editora Atlas.
- O alinhamento será pela margem esquerda;
- O nome da obra deve estar em destaque, em *itálico*, em **negrito**, ou sublinhado. Mas, no caso de subtítulo, esse não será destacado
- Não se deve colocar 1a. Edição. Usa-se 2. ed. e não 2a. Edição ou 2a. Ed.
- Sobre os volumes: quando houver necessidade de informar que foram utilizados vários volumes da obra: 2 v.; no caso de se informar que somente o volume 2 foi usado: v. 2;
- Quando faltar algum dado da referência usam-se as seguintes abreviações:
  - [S.l.] = sem local
  - [s.n.] = sem editora
  - [s.d.] = sem data
  - [S.n.t.] = sem notas tipográficas (sem local, sem data, sem ano)
- Os meses em português devem ser abreviados e escrevem-se com as três primeiras letras, à exceção de maio, e começam com letra minúsculas. Ex.: jan.; fev.; maio (*exceção*); set.

- Caso o nome do autor já tenha sido citado anteriormente utilize um traço (2,5 a 3,0) logo abaixo, acrescentando os dados do livro.

Ex.:

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1989.  
\_\_\_\_\_. **O método científico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 1986.

- Obra escrita por mais de três autores escrever somente o SOBRENOME, Nome. do primeiro autor e utilizar a expressão et al. (e outros).

Ex.:

LUCKESI, Cipriano et al. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

- Mas, se forem DOIS ou TRÊS:

Ex.:

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 13 ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

## 9.1 MODELOS DE REFERÊNCIAS

### A) LIVRO

Autor (SOBRENOME, Nome). **Título**. Local, instituição, ano, número de páginas. Categoria do Trabalho (grau de área de concentração). Nome da universidade, ano.

Ex.:

DINIZ, Arthur José de Almeida. **Direito internacional e o Estado moderno**. Belo Horizonte, UFMG, 1975. 196p. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, 1975.

Com organização ou coordenação de obras:

CYSNE, Erick de Sarriune. O Poder Moderador Brasileiro na visão de Pimenta Bueno. In:LIMA, Martônio Mont'Alverne Barreto et AL (org). **Temas de Pensamento Constitucional Brasileiro**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2008

### B) CONGRESSOS, CONFERÊNCIA, ENCONTROS, ETC.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10., 1979, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Associação Bibliotecária do Paraná, 1979. 3v.

### C) TRABALHO DE CONGRESSO (EM MEIO ELETRÔNICO)

SILVA, R. N.; OLIVEIRA, R. Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPe, 4., 1996. Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: UFPe, 1996. Disponível em :<<http://www.propesq.ufpe.br/anais/educ/ce04.htm>>. Acesso em : 21 jan. 1997.

#### **D) JORNAL**

NAVES, M. Lagos andinos dão banho de beleza. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28 jun. 1999. Folha turismo, caderno 8, p.13-14.

#### **E) ARTIGO OU CAPÍTULO EM OBRA COLETIVA**

CYSNE, Erick de Sarriune. O Poder Moderador Brasileiro na visão de Pimenta Bueno. In: LIMA, Martônio Mont'Alverne Barreto et AL (org). **Temas de Pensamento Constitucional Brasileiro**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2008

#### **F) ARTIGO DE REVISTA**

Os elementos essenciais são: autor(es), título da parte, artigo ou matéria, título da publicação, local de publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, fascículo ou número, paginação inicial e final, quando se tratar de artigo ou matéria, data ou intervalo de publicação e particularidades que identificam a parte (se houver).

AMARAL, Fábio. Segurança Pública. **Política e administração**, Rio de Janeiro, v.3, n. 2, p.15-21, set. 1997.

#### **G) AUTOR ENTIDADE**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724** : informação e documentação. Rio de Janeiro, 2002.

#### **H) OBRA COM TRADUÇÃO**

FAUERBACH, Ludwing. **A essência do cristianismo**. Tradução de José da Silva Brando. Campinas: Papyrus, 1988.

#### **I) REFERÊNCIA LEGISLATIVA**

Os elementos essenciais são: jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação, entre parênteses

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 97.427, de 05 de janeiro de 1989. Autoriza o funcionamento do Curso de Farmácia do Centro de Ensino Superior do Pará. **Lex**: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1993. Suplemento.

Pode-se acrescentar elementos complementares, como o assunto legislado:

BRASIL. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm)>. Acesso em: 25 jan. 2009.

## **J) JURISPRUDÊNCIA**

Os elementos essenciais são: jurisdição e órgão judiciário competente, título (natureza da decisão ou ementa) e número, partes envolvidas (se houver), relator, local, data e dados da publicação

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 3ª Turma, REsp 1032846/RS, PARTES. Rela. Mina. Nancy Andrighi., julgado em 18 dez 2008, Pub. DJ em 16 jun 2009. Disponível em <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=alimentos+e+mulher+&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=1#>> Acesso em 29 out 2009

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Súmula** n. 14. Não é admissível, por ato administrativo, restringir, em razão de idade, inscrição em concurso público. Disponível em: <<http://www.Jurisnet/sumus>>. Acesso em: 29 nov. 1998.

CEARA. Tribunal de Justiça Estadual. 1ª Câm. Civ. Apelação Cível Nº 0000. Apelante: João. Apelada: Maria. Julgado em 10 out 2009. Pub. DJ em 15 out 2009. Disponível em .....Acesso em .....

## **L) ARTIGO DE JORNAL EM INTERNET (SEM AUTOR)**

MORTE no transporte escolar. **Diário do Nordeste On line**, Fortaleza, 26 abr. 2005. Disponível em:<<http://www.diariodonordeste.com.br>>. Acesso em: 28 abr. 2005.

## **M) ARTIGO DE REVISTA INTERNET**

SILVA, M. M. L. Crimes da era digital. **Net**, Rio de Janeiro, nov., 1998. Seção Ponto de Vista. Disponível em:<<http://WWW.brasilnet.com.br>>. Acesso em: 28 nov. 1998.

## **N) OBRA TRADUZIDA**

PERELMAN, Chaim. **Retóricas**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

# **10 - NOTAS DE RODAPÉ**

As NOTAS DE RODAPÉ são anotações feitas ao final da página para prestar esclarecimentos, comprovar ou justificar informações que se referem a aspectos já mencionados no próprio trabalho. São indicadas por números. (ABNT 10520:2002).

## 10.1 TIPOS

**De referência:** Indica fonte de trechos citados, textos paralelos e relacionados com o assunto, remetendo o leitor a outras partes do trabalho.

**Explicativa:** Transcreve o texto original de citação em língua estrangeira, inclui comentários e observações, ou reforça a validade de uma afirmação feita.

## 10.2 NOTAS DE RODAPÉ DE REFERÊNCIAS

Se a obra tiver sido citada em seguida:

**Ex. 1:** *essa linha aparecerá automaticamente* *letra tamanho 10*

1 LUCKESI, Cipriano et al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 45. 2 Idem, p. 60.
--

Sendo, inclusive, a citação da mesma página:

**Ex. 2:**

1 LAKATOS, Eva Maria apud LUCKESI, Cipriano et al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 45. 2 Idem, ibidem.
---

E, ainda:

**Ex. 3:**

1 LAKATOS, Eva Maria apud LUCKESI, Cipriano et al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 45. 2 Idem, ibidem. 3 Ibidem.
--

Se a obra tiver sido citada anteriormente:

**Ex. 4:**

1 LUCKESI, Cipriano et al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 45. 2 LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 1995, p. 60. 3 LUCKESI, Cipriano et al., op. cit., 1997, p. 82.
--

Se o autor tiver sido citado antes dessa indicação, mas com referência a outra obra:

**Ex. 5:**

1 LUCKESI, Cipriano et al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 63. 2 Id. Avaliação escolar. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998, p. 33.
---

Lakatos foi citada por Luckesi (citação dentro de citação):

**Ex. 6:**

1 LAKATOS, Eva Maria apud LUCKESI, Cipriano et al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 45.

Se houver a citação da mesma obra e autor:

**Ex. 7:**

1 LAKATOS, Eva Maria apud LUCKESI, Cipriano et al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 45.

2 Idem, p. 80

### **ATENÇÃO:**

a) Pela ABNT, a numeração das notas de rodapé deverá ser feita por capítulo. Todavia, aceita-se que seja feita por numeração única de todo o trabalho, por assim fazer os editores de texto (*Word, open Office*).

b) As notas de rodapé livram o texto de informações secundárias que interrompem o raciocínio do leitor. Valorizam o texto e demonstram conhecimento das normas convencionais que uniformizam referências a livros, revistas, etc.

c) A chamada para nota de rodapé vem ao final da frase, após o ponto;

d) Nas notas de rodapé deve-se usar fonte 10 com espaço 1,0 entre as linhas. Iniciam sem parágrafo.

d) As expressões latinas mencionadas devem ser utilizadas somente em notas de rodapé (*ibid, ibidem*). A expressão *apud* é a única que também pode ser utilizada no texto. Ex.: Segundo Silva (1999 apud ABREU, 2004, p.67) ou (VIANA, 1989, p.54 apud MENDES, 2002, p.32)

## **11 - A APRESENTAÇÃO ESCRITA E ORAL**

Depois de meses de pesquisa, leitura e pesquisa, o autor, com a aprovação do professor, finalizará seu trabalho. No entanto, deve-se lembrar que a cada passo do autor, o professor orientador deve ser informado para acompanhar a pesquisa, uma vez que **o orientador também é o autor do**

**trabalho.**

Por isso, o melhor é que, a cada capítulo escrito, deve-se levar para correções e considerações do orientador.

O autor do trabalho, ao final, deve conferir se todas as fontes citadas estão nas Referências Bibliográficas e vice-versa (especial atenção para jurisprudências!)

Ter o cuidado ao abrir o arquivo do trabalho em computadores e em programas de versões diferentes, pois podem modificar a formatação. Por isso, antes de imprimir, deve-se visualizar cuidadosamente o texto, dando especial atenção às notas de rodapé que devem ficar na mesma página de sua referência.

Finalizada a correção pelo orientador de conteúdo, é importante e essencial que haja a revisão por um professor de METODOLOGIA e de PORTUGUÊS !!

Por fim, deve seguir as formalidades da instituição para o depósito do trabalho.

Quanto à **APRESENTAÇÃO ORAL**, se permitido, é recomendável o uso de *data-show*, através do qual o autor poderá se basear durante sua apresentação.

Mas CUIDADO:

- Nos slides **não** deve haver muito texto;
- Evitar citações (só usar quando realmente for necessário quando, por exemplo, se pretende estudar um artigo específico);
- Utilizar poucos slides, preferencialmente, no máximo dois por Capítulo;
- NÃO LER OS SLIDES;
- NÃO LER PAPEIS! Eles devem ser usados somente para o pesquisador não se “perder” na apresentação;

- Evitar andar muito na frente da banca;
- Dar atenção para a banca (pois será a julgadora do trabalho) mas também para o público (pois as pessoas estão lhe prestigiando);
- Cuidado com a linguagem usada; não se pode usar palavrões e jargões populares;
- Cuidado com suas roupas e aparência. MULHERES: não usar decotes, mini-saias, roupas transparentes. HOMENS: preferencialmente usar ternos (com gravata combinando), evitar jeans e camisetas.

Na avaliação, os Professores e demais leitores do trabalho normalmente avaliam:

- ✓ clareza dos objetivos do trabalho;
- ✓ delimitação do problema a ser investigado;
- ✓ coerência entre os objetivos e conteúdo do trabalho (proposta x texto desenvolvido);
- ✓ tratamento metodológico;
- ✓ adequada fundamentação teórica;
- ✓ adequação da linguagem;
- ✓ correta aplicação das normas da ABNT.

## **12 - PESQUISAS ELETRÔNICAS**

A *internet*, indiscutivelmente, é um grande veículo de comunicação e também de pesquisa. No entanto, deve-se ter cuidado com o material ali colhido, pois é preferível citar artigos de publicação eletrônica de autores já conhecidos e com fundamentação.

Deve-se, ainda, evitar citação de conceitos por sites, antes de se conhecer a procedências das informações.

### **Algumas DICAS para os sites de buscas:**

-Muitas vezes, é preferível que se procure por termos entre aspas. Ex.: “tutela

antecipada contra a fazenda pública”.

- Mas, em pesquisa de jurisprudência, a maioria dos sites utiliza os seguintes conectivos:

**e:** busca as palavras na ementa. Ex. Tutela e antecipada. Neste caso, todos os julgados em que houve essas palavras serão mostradas, portanto, não é recomendável usar esse conectivo para palavras compostas;

**adj:** Nesse conectivo, a pesquisa será para palavras compostas, isso facilitará a pesquisa. No exemplo anterior – *tutela antecipada* -, tudo que se referir a tutela antecipada será mostrado

Demais conectivos:

CONECTIVOS		
CONECTIVOS	OBJETIVO	EXEMPLOS
<b>E</b>	Localizar as palavras digitadas <b>mesmo estando distantes entre si dentro de um julgado</b> .	protesto <b>E</b> dano moral
<b>OU</b>	Localizar um e/ou outro termo no julgado. Os termos procurados por esse critério devem vir sempre entre parênteses.	(desapropriação <b>OU</b> expropriação)
<b>PROX</b>	O PROX é um conectivo que tem como função delimitar a distância entre as palavras digitadas recuperando-as em qualquer ordem em que aparecerem no julgado.	protesto <b>PROX4</b> dano moral Bagagem <b>PROX2</b> extravi\$
<b>ADJ</b>	O ADJ é um conectivo que tem como função delimitar a distância entre as palavras observando na recuperação a ordem em que foram digitadas.	extravio <b>ADJ2</b> bagagem Mandado <b>ADJ2</b> segurança
<b>MESMO</b>	Localizar julgados a partir de termos que estejam num mesmo campo. As palavras ou números digitados vão necessariamente ser encontrados dentro de um mesmo campo, seja ele: ementa; resumo; refleg; fonte.	cf-"\$" <b>MESMO</b> @ref="213"
<b>NÃO</b>	Excluir determinado termo da pesquisa.	Desapropriação <b>NÃO</b> indireta
<b>\$</b>	Localizar julgados usando termos a partir de um mesmo radical. Neste caso, consegue-se recuperar todos os julgados em que apareça o radical com qualquer prefixo ou sufixo. O conectivo \$ ainda é usado para resgatar, p. ex., o ano de um determinado código: CC-\$, CPC-\$, CDC-\$ CP-\$, CPP-\$ etc.	<b>\$legal\$ \$constitucional\$</b>

[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/SOS\\_simplificado.jsp](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/SOS_simplificado.jsp)



## **13 - DICAS FINAS:**

- Importância da escolha do tema e do Professor;
- Sem preocupação exagerada com o título;
- É extremamente recomendável que se inicie a escrita do trabalho já na formatação exigida;
- Cuidado com o uso de ONDE e QUE
- Procure sempre escrever na 3ª Pessoa, pois demonstra a impessoalidade de um trabalho acadêmico;
- Fazer fichamento;
- A linguagem deve ser INFORMATIVA (discutindo-se opiniões, conhecimentos ou informações, a partir dos argumentos apresentados no trabalho) e TÉCNICA (visando transmitir conhecimentos com precisão e objetividade);
- Os títulos dos Capítulos devem expressar o assunto abordado, extraindo a ideia mais exata possível;
- Não usar reticências ou pontos de exclamação nos parágrafos;
- Não fazer ironia e evitar termos populares;
- Não utilizar exemplos de terceiros que não sejam de conhecimento público;
- Figuras, tabelas e planilhas devem ser inseridas próximas ao local do texto em que são citadas, preferencialmente logo após.
- O número de páginas por Capítulo deve ser equitativo, ou seja, se houver 10 páginas em um Capítulo, os demais devem variar entre 08 a 12, 13;
- O número total de páginas (contando-se com a introdução, o desenvolvimento e a conclusão) será de acordo com cada curso/instituição;
- Na escrita dos parágrafos, deve haver UNIDADE, ou seja, os parágrafos do texto devem ter uma só linha diretriz, com uma sequência lógica; e COERÊNCIA, pela qual os parágrafos apresentam uma seleção e combinação de idéias, levando o leitor a um texto organizado, com correspondência entre o que se propõe apresentar e o que se produz (escreve);

## 14 - O ENSINO JURÍDICO

*(...) não se aprende Direito para se formar cartorialmente como advogado, juiz, promotor ou defensor público, que se aprende Direito para realizar uma justiça comunitária e a cidadania. Pessoas que entendam que aprender Direito é aprender de gente, de vínculos, de afetos, de solidariedade. Aprender Direito é aprender a alteridade em sua radicalidade. (WARATt apud Bezerra, 2008. 79)*

### 14.1 HISTÓRIA DOS CURSO DE DIREITO NO BRASIL

Os primeiros cursos de Direito aportaram no Brasil, pela Carta de Lei de 11 de agosto de 1827 do Imperador Pedro I, criando os Cursos de Direito de Olinda (primeiramente no Mosteiro de São Bento) e São Paulo (no Convento de São Francisco). Isso ocorrera por influência de alunos brasileiro de Coimbra.

Os cursos iniciaram suas atividades em 1º de março de 1828, utilizando a metodologia de aulas-conferências, sob influência da academia de Coimbra.

Somente após da Proclamação da República, provocou-se uma mudança nos cursos de Direito, inclusive com a abertura da Faculdade de Direito da Bahia em 1891.

No início da década de 90, o Brasil tinha, aproximadamente, 186 cursos de Direito, com uma estrutura curricular desde 1973. Ou seja, havia um atraso no ensino frente a nova realidade política, social e mesmo econômica do país, em virtude de um processo redemocratizador, fortalecido pela Constituição Federal de 1988.

Entre as “novidades da nova democracia” estava o real direito do livre pensamento e a liberdade de expressão. Devido a isso, o antigo modelo de bacharéis do Direito não suportava mais essas mudanças, necessitando um melhor e diferenciado ensino em nossos cursos para que seus concludentes estivessem aptos a enfrentarem as dificuldades geradas por esses “novos” direitos.

Motivados pelas grandes mudanças da época, a Ordem dos Advogados do Brasil-OAB também não podia se manter inerte, iniciando, em 1992, por meio de uma Comissão de Ensino Jurídico, estudos com o intuito de se mudar a visão do advogado, iniciando-se em sua formação nos cursos de Direito.

Fruto desse trabalho, o MEC editou a Portaria Nº 1.886/94, revogando a Resolução CFE Nº 03/72, estabelecendo novas diretrizes curriculares mínimas para os Cursos.

Posteriormente, com a nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB, Lei Nº 9.394/96, e com a implantação do Exame Nacional de Cursos-ENC (depois transformado em Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE), as instituições se tornaram mais rigorosas com seus alunos e corpo docente, em face dessa constante avaliação.

Através da Portaria Nº 1.886/94, surgiu a obrigação de elaboração e apresentação de monografia e as disciplinas de estágio as quais poderiam ser realizadas nas próprias instituições de ensino, pelos Núcleos de Estágios (escritórios de prática jurídica) ou em órgãos públicos, mediante convênios.

Entre outras novidades, buscou a Portaria a formação de um profissional com interdisciplinaridade, teoria, prática e visão crítica, como determinava seu artigo 3º: *Art. 3º O curso jurídico desenvolverá atividades de ensino, pesquisa e extensão, interligadas e obrigatórias, segundo a programação e distribuição aprovadas pela própria Instituição de Ensino Superior, de forma a atender às necessidades de formação fundamental, sociopolítica, técnico-jurídica e prática do bacharel em direito.*

No entanto, percebeu-se que a Portaria estava direcionada mais para a sala de aula, com determinações inclusive estruturais para a instituição, e o desenvolvimento prática do aluno.

Por isso, provocou-se uma renovação, com a Resolução Nº 09, de 29 de setembro de 2004, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, instituindo novas Diretrizes Nacionais dos Cursos de Direito, pela qual:

Art. 3º. O curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, **sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.**

Art. 4º. O curso de graduação em Direito deverá possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes habilidades e competências:

I - leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

II - interpretação e aplicação do Direito;

III - pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

IV - adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

V - correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

VI - utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

VII - julgamento e tomada de decisões; e,

VIII - domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito. (grifo nosso)

Nessas novas diretrizes, destaca-se a cidadania, o estímulo do raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica, além do domínio de tecnologias para compreensão e aplicação do Direito.

Pode-se afirmar que, embora esteja previsto como diretriz de ensino do Direito

## **14.2 A CRISE NO ENSINO JURÍDICO NO BRASIL**

Muito se tem falado sobre uma crise no ensino jurídico, oriundo dos baixos índices de aprovação nos Exames de Ordem da OAB e na avaliação das instituições e alunos pelo ENADE.

Não se podem relevar esses problemas e deixar de acreditar que algo está errado. Mas onde estaria o problema? Talvez no conjunto. Pode estar:

- no aluno
- na instituição de ensino
- nas avaliações do MEC
- e no Exame de Ordem.

As escolas, nos anos próximos ao Processo Seletivo (antigo Vestibular), incentivam e exigem do aluno muito estudo e dedicação, criando no discente, muitas vezes alta carga de tensão e expectativa. Por isso, cria-se no aluno uma liberdade ao ingressar no ensino superior, pois realmente estará em uma nova etapa de sua vida, na qual poderá ter acesso à Carteira de Habilitação, a algumas festas restritas a maiores de idade, e, infelizmente, pode começar a ter contato mais fácil ao cigarro, álcool e drogas.

Nessa liberdade adquirida com o início da maioridade e no ingresso no curso superior, o jovem, muitas vezes, desconcentra-se mais em seus estudos, principalmente quando já tem que trabalhar para custeá-los.

Havendo um aluno já *descansado* com estudos, estando em um Curso, da mesma forma, despreocupado em uma boa estrutura, acesso à pesquisa, inovação de metodologias de ensino e avaliação, o fracasso se aproxima.

Nas instituições particulares, percebe-se, indiscutivelmente, um maior investimento na estrutura, em particular nos Cursos de Direito (ressalva para os cursos de tecnologia nas instituições federais, para os quais ainda há um bom investimento). Da mesma forma, há muitos professores com mestrados e até doutorados na área jurídica.

Pecam, no entanto, algumas instituições por não incentivarem o corpo docente exatamente na qualificação, com bolsas de pós-graduação e cursos de atualização. Não raro se vêem professores antigos utilizando-se das velhas fichas em suas aulas.

O Direito é dinâmico. Mesmo as teorias podem mudar !

O ensino jurídico, previsto como determinação pela Resolução Nº 09/2004-CES-CNE, deve atrelar a teoria com a prática; por mais teórica que seja a disciplina, sempre haverá um exemplo prático no próprio meio jurídico ou social. Por isso, deve o professor estar atualizado, em especial, com o entendimentos dos tribunais.

Essa exigência também é para o próprio Curso, em seu currículo. Normalmente, a prática jurídica, por processos simulados ou mesmo atendimento a casos reais em escritórios de prática, só ocorrem ao final do curso, com o entendimento de que *estudaram a teoria, agora vamos para a prática!!*

Esse pensamento deve ser vivido desde o início, com as devidas proporções. Obviamente, o aluno de primeiro semestre, estudando sociologia, não terá a capacidade de entender um procedimento judicial ou mesmo um julgado, mas deverá desenvolver a capacidade de aplicar seu estudo à sua vida e, principalmente, como e porquê o Direito e a Sociologia caminham juntas no cotidiano.

O dever de aliar a prática à teoria não pode ser deixado sob a responsabilidade somente da instituição ao criar a matriz curricular de seu curso. Isso também parte de cada docente que, frente a seus aluno, deverá desenvolver atividade e apresentar casos e exemplos das teorias explicadas, facilitando, inclusive, o aprendizado da matéria.

A tecnologia vem avançando em todas as áreas, inclusive na educação e para a educação. Um simples computador já poderá fazer a diferença na sala de aula, seja para o acesso à *internet* ou para exibição de alguma apresentação gráfica.

Para tanto, mister que o professor tenha o discernimento que precisa de atualizar e aprender, por exemplo, a trabalhar com *excel*, *power point*, *CorelDraw*, etc.

Por outro lado, claro é que a instituição, para ter um bom serviço, precisará investir em seu corpo docente com bolsas de estudo, cursos e equipamentos. Da mesma forma, deve ter uma constante avaliação e acompanhamento de seus professores, além de se elaborar um bom processo seletivo para seu corpo docente.

Havendo na instituição bons profissionais (incluindo-se ai, além do corpo docente, administradores e serviços técnicos), haverá mais probabilidade de se ter um melhor aluno.

De forma contrária, se o aluno não receber os ensinamentos adequados, também não se esforçará para aprender mais do que lhe passou na sala de aula; disso se tem um resultado ruim no ENADE e também no Exame de Ordem.

Assim, existindo um bom aluno em uma boa instituição, essa com bons professores e boa biblioteca, o aluno poderá se graduar e ser um bom bacharel em Direito!! Mas, será um bom advogado? Um bom Juiz de Direito? Um bom Promotor de Justiça? Não se sabe.

Ao se graduar, quase todos os formados prestam o Exame de Ordem da OAB, o qual, não raramente, não traz muitas questões da vida prática da advocacia, com perguntas da vivência forense.

Se a instituição se preocupar mais com os aspectos práticos das lições do Direito, o aluno terá dificuldades com teorias questionadas no Exame de Ordem. Nisso, poderá ser reprovado, aumentando um percentual contrário à instituição.

Por isso, sugere-se um Exame de Ordem mais realista com a prática advocatícia, a final, o exame é para se credenciar como Advogado, e não como Juiz, Promotor, filósofo do Direito, etc.

Da mesma forma ocorre com o ENADE. Embora obrigatório, sem o qual o aluno sorteado para fazê-lo poderá ficar sem receber o Diploma por até três anos, a nota recebida somente será de conhecimento do próprio indivíduo. Porém, o resultado mostrará como o ensino daquela instituição está. Se os alunos tiverem o aproveitamento ruim, isso refletirá em seus cursos.

Todavia, por não se tratar de um processo seletivo, não sendo o aluno obrigado a alcançar qualquer nota mínima, apenas assinar a lista de presença e entregar o formulário no dia, as instituições têm que incentivar seu corpo discente com bolsas, computadores, etc.

Assim, percebe-se que esses elementos estão agrupados para um bom aluno, sendo os exames de Ordem ou de avaliação do MEC resultados do ensino

recebido em boas ou ruins instituições, por bons ou ruins professores.

A resposta é que deve o MEC continuar com rigorosa fiscalização das instituições que pretendem iniciar seus cursos de Direito, juntamente com a OAB, de forma permanente. De outro lado, não podem as instituições de ensino superior exigirem aulas qualificadas sem qualificar seu corpo docente, através de bons salários e, em especial, estímulo à pesquisa, essencial na academia.

### **14.3 A SALA DE AULA**

Não se pode conceber mais o professor repetidor das lições dos livros. Não se pode fazer somente um resumo dos livros e passá-lo aos alunos.

Atualmente, tem-se a visão de um *professor* problematizador, o qual substituiria a exposição e passaria para o estudo do caso atrelado ao conteúdo. Isso dinamiza o aprendizado, pois haverá uma comunicação entre aluno-professor, colaborando para o conhecimento.

No ensino jurídico, essa atitude é primordial, por não ser o Direito de uma *ciência* estanque, estática, infenso às mudanças sociais. Por esse motivo, o professor deve usar da dialética em suas aulas, provocando, primeiramente, o questionamento, e também a exposição das contradições da realidade e em constante transformação. Vê-se isso numa simples discussão sobre o que seria justiça!!

Por isso, o currículo do estudante de Direito deve conter elementos da interdisciplinaridade. Aliás, embora reforçado recentemente com as novas Diretrizes Curriculares, o tema é de antiga discussão, como escreve Inês Porto (2000, p. 113): “A interdisciplinaridade é, antes de tudo, uma postura de vida que não teoriza a crítica ou a transformação, mas permite que elas se vivenciem num concreto. Pensar, como lembra Bleger, 'equivale a abandonar um marco de segurança e ver-se lançado numa corrente de possibilidades' (Bleger: 1989:65)”.

A interdisciplinaridade se dá com a visão social do estudante sobre os problemas que o cercam e, através de estudos de sociologia, filosofia, política e economia, a visão do jurista será bem maior.

Na sala de aula, o professor poderá usar aquele espaço com toda dedicação e sabedoria a fim de transmitir conhecimento aos que lhe assiste. Por isso, muitos métodos poderão ser utilizados no ensino.

Interessantes as palavras de Gilberto Teixeira (*on-line*):

*A aula deve ser um momento para a reconstrução do conhecimento através dos mais diversificados e sempre atrativos recursos didáticos e de expressão de linguagens, tais como: exposições, oficinas, debates, relatórios, tutoria, trabalho de equipes, pesquisas de campo, apresentações, teatralizações, etc., onde o aluno possa desenvolver, de forma livre e criativa, a sua autonomia. A aula deve ser um palco, com espaço e ritmo para idéias que se apresentam mutantes e movimentam-se num encantamento contínuo e cúmplice entre atores e platéia, até que todos interajam e se complementem no espetáculo da aprendizagem.*

O aprendizado do aluno é o alvo. A munição será como o professor poderá transmitir seus estudos para o discente.

É comum as instituições de ensino de Direito contratarem profissionais da área jurídica, como Juizes, Procuradores e Defensores Públicos, em face do status do cargo, para o Curso, sem analisarem se possuem vocação pedagógica, dispensando, as vezes, cursos de pós-graduação. Não raro também haver professores com doutorado mas não saberem conduzir pedagogicamente a sala de aula, sem uma didática adequada ao ensino superior.

Deve-se entender que o indivíduo pode desempenhar muito bem suas funções em um certo cargo, mas não ser um bom professor.

Infelizmente, o problema encontrado nos cursos de Graduação também podem ser observados nos de Pós-Graduação, ou seja, no curso de Mestrado ou Doutorado podem, da mesma forma, ser encontrados docentes despreparados na didática. Isso é fruto de um curso sem preparação acadêmica e de uma seleção de professor ruim.

O ensino, pode-se afirmar, é uma arte. Deve-se ter o mínimo de habilidade didático-pedagógica.

O simples fato de se estar diante de várias pessoas assusta muitos; quando se fala para várias pessoas também assusta; ensinar, além de assustar muitos, o expõe bastante.

Por isso, não se pode dizer que qualquer um pode ser um professor, mas

que *todos podem ensinar algo*. O ensino jurídico necessita atrelar a teoria com a prática e estar atualizado com as decisões judiciais, pelo simples fato de a doutrina afirmar algo, a lei afirmar outro, mas, na prática, a jurisprudência estiver decidindo por outro caminho. O que se deve fazer num processo, por exemplo, é ir pelo caminho da jurisprudência, expondo a problemática.

Por esse motivo, a atualização se faz necessária.

Além do conhecimento, o preletor deve ter o cuidado com o português, em especial com as concordâncias verbal e nominal e mesmo na grafia de palavras na lousa ou em nota de aula. Deve-se ter o cuidado, inclusive, com as roupas do professor, pois será sempre alvo durante a aula dos olhares dos alunos.

#### **14.4 MAS, PORQUE CURSAR UMA PÓS-GRADUAÇÃO?**

A resposta pode depender do planejamento do indivíduo, no entanto, veja-se os cursos de Pós-Graduação:

– Especialização: Pós-graduação *lato sensu*. O curso, com carga horária superior a 360 h/a, tem como objetivo o aperfeiçoamento profissional, numa abordagem específica. A conclusão depende da apresentação, ao final de uma monografia ou artigo. Sua duração é de aproximadamente um ano e meio;

– Mestrado: Pós-graduação *stricto sensu*. É um curso voltado para a qualificação de professores universitários, pelo estímulo à pesquisa acadêmica, com duração em média de dois anos. Ao final, o aluno deverá apresentar uma dissertação;

– Doutorado: No doutorado, o aluno tem um aprofundamento na pesquisa científica sobre um tema determinado, mas com enfoque inédito (esse é o diferencial do trabalho de conclusão – Tese). Em média, dura quatro anos;

– Pós-Doutorado: Nesse curso, o aluno poderá atualizar, consolidar e ampliar seus conhecimentos na área acadêmica, revendo suas pesquisas. Realizado, normalmente, com um grupo de pesquisa consolidado na área de especialização do candidato. Pode ser de seis meses a um ano;

– MBA (Master in Business Administration): Trata-se de um mestrado menos acadêmico, mais profissional. Algumas instituições, para contratação de

professores, reconhecem apenas como especialização.

Assim, a escolha dependerá do que o aluno pretende nos próximos anos. O recém-formado, se pretender a vida acadêmica, poderá ingressar logo no curso de Mestrado, pois, depois de dois a três anos, terá um diploma que certamente garantirá fácil acesso às instituições.

Porém, querendo o aluno carreira pública, deve ter conhecimento que, se escolher o Mestrado, terá dificuldades nos estudos para os concursos, em face da dedicação à pós-graduação. Nesse caso, o recomendável é a Especialização, pois tem uma dedicação menos rigorosa e é mais rápida.

De qualquer forma, no serviço público e no próprio concurso, cada curso de pós-graduação realizado soma pontos ou na prova de títulos ou para promoção.

Assim, pode-se afirmar que todo profissional deve se atualizar e se capacitar, simplesmente para fazer o melhor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023. **Referências bibliográficas**. Rio de Janeiro, 2002;

\_\_\_\_\_. NBR 14724. **Trabalhos acadêmicos - Apresentação**. Rio de Janeiro, 2002;

\_\_\_\_\_. NBR 10520. **Citação em documentos - Apresentação**. Rio de Janeiro, 2002;

\_\_\_\_\_. NBR 6028. **Resumo-Apresentação**. Rio de Janeiro, 2003;

\_\_\_\_\_. NBR 6022. **Artigo em publicação periódica científica impressa – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2003;

BASTOS, Núbia Maria Garcia. **Introdução à metodologia do trabalho acadêmico**. 2ªed., Fortaleza: Nacional, 2004;

BEZERRA, Roberta Teles. **Ensino jurídico e direitos fundamentais**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2008;

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da Pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004;

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 09, de 29 de set. 2007**. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências* Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09_04.pdf)>. Acesso em 10 nov 2009;

GALUPPO, Marcelo Campos. **Da ideia à defesa**: monografias e teses jurídicas. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008;

HENRIQUES, Antônio. Medeiros, João Bosco. **Monografia no curso de direito: trabalho de conclusão de curso: metodologia e técnicas de pesquisa**, da escolha do assunto à apresentação gráfica. 3 ed., São Paulo: Atlas, 2003;

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**: para o Curso de Direito. São Paulo: Atlas, 2001;

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. **Monografia jurídica**: orientações metodológicas para o Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre: Sintese, 1999;

PORTO, Inês da Fonseca. **Ensino jurídico, diálogos com a imaginação**: construção do projeto didático no ensino jurídico. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor. 2000;

TEIXEIRA, Gilberto. **Comentários sobre as aulas**. Disponível em <<http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=14&texto=849>> Acesso em 12 nov. 2009